

Banco Ribeirão Preto S.A.

Demonstrações financeiras em

30 de junho de 2023

Índice

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes	5
Balço patrimonial	8
Demonstração do resultado	9
Demonstração do resultado abrangente	10
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstração dos fluxos de caixa	12
Notas explicativas da diretoria às demonstrações financeiras	
1 Contexto operacional	13
2 Apresentação das demonstrações financeiras	13
3 Descrição das principais políticas contábeis	15
4 Disponibilidades	19
5 Títulos e valores mobiliários	20
6 Instrumentos financeiros derivativos	21
7 Relações interfinanceiras	22
8 Operações de crédito e Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	22
9 Outros créditos	25
10 Ativos não financeiros mantidos para venda	26
11 Investimentos e participações em controladas	26
12 Imobilizado de uso	27
13 Depósitos e demais instrumentos financeiros	27
14 Obrigações por empréstimos e repasse	28
15 Outras obrigações	29
16 Imposto de renda e contribuição social	29
17 Contingências	30
18 Patrimônio líquido	31
19 Gerenciamento de Riscos, Capital e Análise de Sensibilidade	32
20 Transações com partes relacionadas	35
21 Outras despesas e receitas operacionais	35
22 Outras informações	36
23 Eventos subsequentes	36



Relatório da Administração

Senhores acionistas, conselheiros e clientes: Apresentamos as demonstrações financeiras do Banco Ribeirão Preto S.A. – BRP, encerradas em 30 de junho de 2023.

Ao longo do primeiro semestre deste ano, que se iniciou em um contexto de muitas incertezas acerca da atuação do novo governo e com grandes desafios que abalaram o Mercado de Capitais, o ambiente econômico apresentou melhora substantiva. A inflação ao consumidor em 12 meses recuou de um patamar de quase 12% há um ano, para um valor que se aproximou de 3%. De forma paralela, o IGPM, apresentou uma deflação de quase 7%, com a deflação de preços ao produtor superando 10% e indicando uma perspectiva de que a inflação continuará baixa.

No campo de reformas, o novo arcabouço fiscal proposto caminhou no Congresso, e encontra-se em fase muito adiantada para aprovação, o que reduz os riscos de uma elevação descontrolada dos gastos e da dívida interna brasileira, e aponta um norte bastante adequado para a política fiscal. A sociedade brasileira também avançou de forma madura em direção à aprovação de uma reforma tributária simplificadora dos impostos sobre o consumo, o que permitirá a redução de custos de observância, eficiência alocativa, e impulsionará o crescimento ao longo do tempo.

Os ativos brasileiros refletiram essa melhora, com aumento no valor das empresas de capital aberto, valorização do real frente ao dólar, e redução de taxas de juros futuras. Contribuiu também, para este ambiente, a manutenção das metas de inflação pelo Conselho Monetário Nacional em 3%, com aprimoramento do horizonte de cumprimento para uma meta contínua. O país parece pronto para o início do ciclo duradouro de normalização da política monetária.

O BRP ao longo do semestre continuou engajado nos pilares que sustentam o planejamento estratégico e tático, focado incondicionalmente em atender as necessidades dos clientes, consolidando-se como um banco de serviços “*Banking as a Service*” (*BaaS*), aumentando a sua capilaridade junto a parceiros voltadas para o setor agrícola principalmente relacionados ao registro, custódia e liquidação financeira de ativos.

Através do desenvolvimento da infraestrutura tecnológica da instituição, o BRP intensificou as integrações com os parceiros através de APIs (Interface de Programação de Aplicação) facilitando a entrada da informação nos sistemas legados, agregando maior velocidade e segurança nas transações internas. Os investimentos em tecnologia, continuam sendo um dos pilares da instituição, alinhando comodidade, facilidade e segurança ao cliente.

O BRP acredita fielmente nas pautas de trabalho centradas na evolução tecnológica para desenvolver as estruturas do mercado financeiro. No projeto do *Open Finance*, continua o desenvolvimento do compartilhamento de informações, além da disponibilização, como detentor de conta, de iniciação de pagamentos.

No projeto do Real Digital, que tem como um dos objetivos a redução de custo das operações bancárias e atração da sociedade no mercado financeiro, o BRP capitaneado pela ABBC, se tornou a instituição líder no projeto que na sua primeira fase, contempla a emissão do Real Digital (CBDC) e a *tokenização* de alguns ativos (depósito à vista e título público).



Na área de *Research*, o BRP foi destaque no Prisma Fiscal em 2022, uma relevante fonte de estudo econômico e importante ferramenta de planejamento do mercado financeiro criado e organizado pelo Ministério da Fazenda, no qual tivemos a honra de ter um lugar de destaque em 4 categorias: Receita Líquida, Resultado Primário e Resultado Nominal do Governo Central, e Assiduidade em 12 meses de estudos, ficando em segundo lugar dentre todas as instituições que prestam essas informações. No semestre de 2023, o BRP já acumula a liderança na projeção do IPCA maio/junho e o quarto lugar no ranking cambial (segundo trimestre) pelo Boletim Focus do BACEN.

As premiações do BRP são resultado da dedicação e trabalho de alta performance dos nossos especialistas, cuja missão é sempre manter o alto padrão dos serviços prestados, tanto para nossos clientes, quanto para a sociedade.

O BRP encerrou o primeiro semestre 2023 com um total de ativos de R\$ 1.294 milhões, com a carteira de crédito expandida (Empréstimos/Financiamentos, Fianças, CPRs, CDCAs, CRAs, CRIs e Debêntures, FIP) representando R\$ 886,18 milhões. A carteira expandida aumentou em aproximadamente 10% com relação a junho 2022. A carteira de títulos e valores mobiliários aumentou 12,16 milhões para 252,60 milhões. O BRP manteve alguns títulos privados classificados na carteira como mantidos até o vencimento e possui capacidade financeira para mantê-los. O lucro líquido do semestre foi de R\$ 9,66 milhões, o patrimônio líquido atingiu o montante de R\$ 212,11 milhões e o retorno sobre o patrimônio líquido anualizado, 9,5%.

O total de depósitos, contemplando os depósitos a vista, Certificados de Depósitos Bancários (CDB), Letras de Crédito Imobiliário (LCI), Letras de Crédito Agronegócio (LCA) e Letras Financeiras (LF) somou R\$ 600,02 milhões.

Ao final do semestre, o BRP apresentou uma reserva de liquidez de R\$ 88 milhões, mantendo sua robusta capacidade de geração de caixa.

O índice de capital principal representou 16,4% dos ativos ponderados pelo risco, excedendo o mínimo exigido pelo Banco Central do Brasil, que é de 10,50% agregando o adicional de capital principal. Os relatórios detalhados sobre a estrutura de gerenciamento de capital, do risco operacional, de mercado, de liquidez e de crédito encontram-se disponíveis ao acesso público na matriz da instituição.

Agradecimentos: Agradecemos aos nossos clientes pela escolha do BRP, aos acionistas e conselheiros pelo apoio e confiança, bem como aos nossos colaboradores pela dedicação, fatores estes preponderantes para o desenvolvimento e crescimento do Banco Ribeirão Preto S.A.

Ribeirão Preto, 25 de julho de 2023.

A Administração



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 12º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ao Conselho de Administração e Acionistas do Banco Ribeirão Preto S.A.

Ribeirão Preto - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Ribeirão Preto S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Ribeirão Preto S.A. em 30 de junho de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de julho de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 F SP


João Paulo Dal Poz Alouche
Contador CRC 1SP245785/O-2

Banco Ribeirão Preto S.A.

Balço patrimonial

Em milhares de reais

	Nota	30 de junho de 2023	31 de dezembro de 2022
Ativo			
Disponibilidades	4	22	32
Instrumentos financeiros			
Títulos e valores mobiliários	5	588.278	565.476
Derivativos	6	-	245
Relações interfinanceiras	7	2.666	7.006
Operações de crédito - Setor privado	8	633.415	649.793
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8	(8.041)	(16.980)
(-) Prêmio a diferir sobre Operações de crédito	8 (g)	(990)	(1.128)
Créditos a receber	22	18.058	18.011
Outros créditos	9	7.339	4.059
Ativos fiscais diferidos	16 (b)	19.126	22.923
Ativos não financeiros mantidos para venda	10	19.045	19.377
(-) Provisões para desvalorizações	10	(2.043)	(2.043)
Investimentos em participações em controladas	11	15.304	13.789
Imobilizado de uso	12	3.081	3.065
(-) Depreciações acumuladas	12	(826)	(564)
Total do ativo		1.294.433	1.283.062
Passivo			
Depósitos e demais instrumentos financeiros			
Relações interfinanceiras	7	256.986	132.348
Depósitos	13	114.625	195.009
Recursos de aceites e emissão de títulos	13	484.400	443.271
Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais	14	205.785	292.091
Outras obrigações	15		
Sociais e estatutárias		2.414	5.111
Fiscais e previdenciárias		12.967	1.139
Diversas		5.150	5.014
Passivos fiscais diferidos		-	7.744
Total do passivo		1.082.326	1.081.725
Patrimônio líquido			
Capital social	18	204.864	183.612
Reserva legal		483	1.181
Reservas de lucros		6.760	16.544
Total do patrimônio líquido		212.107	201.337
Total do passivo e patrimônio líquido		1.294.433	1.283.062

As notas explicativas da diretoria são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Ribeirão Preto S.A.

Demonstração do resultado

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Semestres findos em 30 de junho de	
	Nota	2023	2022
Receitas da intermediação financeira		93.952	76.732
Operações de crédito	8 (f)	46.244	46.015
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5 (c)	47.287	25.992
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	6	421	4.725
Despesas da intermediação financeira		(63.237)	(54.871)
Operações de captação	13	(51.955)	(45.414)
Operações de empréstimos e repasses	14	(10.417)	(5.624)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8	(865)	(3.833)
Resultado bruto da intermediação financeira		30.715	21.861
Outras receitas (despesas) operacionais	21	(13.059)	(10.892)
Receitas de prestação de serviços		1.377	1.533
Despesas de pessoal		(6.280)	(5.550)
Outras despesas administrativas		(6.401)	(6.021)
Despesas tributárias		(1.685)	(1.518)
Outras receitas operacionais		5	5
Resultado de participação em controlada	11	(74)	660
Resultado operacional		17.657	10.969
Resultado não operacional	22	1.534	7.318
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		19.191	18.288
Imposto de renda e contribuição social	16	(8.236)	(2.669)
Imposto de renda e contribuição social correntes		(12.182)	(3.108)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		3.946	439
Participações no resultado	22	(1.298)	(1.756)
Lucro líquido no semestre		9.657	13.863
Número de ações		203.930.660	182.678.119
Lucro líquido por ação - R\$		0,05	0,08

As notas explicativas da diretoria são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Ribeirão Preto S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Semestres findos em 30 de junho de	
	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Resultado líquido do semestre	9.657	13.863
Itens que não serão reclassificados para o resultado		
Atualização de títulos patrimoniais	-	42
Total resultado abrangente do semestre	<u>9.657</u>	<u>13.906</u>

As notas explicativas da diretoria são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Ribeirão Preto S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Reservas de lucros				Lucros acumulados	Total
		Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reservas especiais de lucro		
Saldos em 31 de dezembro de 2021		163.710	5.751	1.078	15.099		185.638
Aumento de capital social		16.177		(1.078)	(15.099)		
Reversão JCP proposto 2021			3.725				
Integralização JCP ao capital		3.725	(3.725)				
Atualização de títulos patrimoniais			(5.709)				(5.709)
Pagamento aos acionistas							
Lucro líquido no semestre						13.863	13.863
Destinações:							
Reserva legal				693		(693)	
Juros sobre o capital próprio						(3.466)	(3.466)
Lucros a disposição dos acionistas					9.704	(9.704)	
Saldos em 30 de junho de 2022		183.612	42	693	9.704		194.051
Saldos em 31 de dezembro de 2022	18	183.612	-	1.181	16.544	-	201.337
Aumento de capital social	18	17.725		(1.181)	(16.544)		
Reversão JCP proposto 2022			3.527				3.527
Integralização JCP ao capital	18	3.527	(3.527)				
Atualização de títulos patrimoniais							
Pagamento aos acionistas							
Lucro líquido no semestre						9.657	9.657
Destinações:							
Reserva legal				483		(483)	
Juros sobre o capital próprio						(2.414)	(2.414)
Lucros a disposição dos acionistas					6.760	(6.760)	
Saldos em 30 de junho de 2023	18	204.864	-	483	6.760		212.107

As notas explicativas da diretoria são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Ribeirão Preto S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Semestres findos em 30 de junho de	
	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do semestre	9.657	13.863
Provisão para impostos sobre o lucro correntes e diferidos	8.236	2.669
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	865	3.833
Provisão para participações no resultado	1.298	1.756
Depreciações	260	146
Resultado de participação em controlada	74	(660)
Provisão para contingências	(360)	-
Resultados com investimentos	-	(5.709)
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários	(6.274)	3.187
Varição em ativos e passivos	(8.500)	(63.833)
Títulos e valores mobiliários	(16.529)	(73.192)
Derivativos (ativo)	245	3.782
Relações interfinanceiras (ativo)	4.340	(642)
Operações de crédito	6.437	77.976
Créditos a receber	(47)	(105)
Ativos fiscais diferidos	3.797	-
Outros créditos	(11.515)	1.691
Ativos não financeiros mantidos para venda	332	-
Relações interfinanceiras (passivo)	124.639	-
Depósitos	(80.384)	15.227
Recursos de aceites e emissão de títulos	41.129	26.334
Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais	(86.306)	(111.781)
Derivativos (passivo)	-	(2.400)
Outras obrigações	13.105	(723)
Passivos fiscais diferidos	(7.744)	-
Total variações	5.257	(44.748)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.897)	(2.782)
Caixa líquido aplicado (gerado) nas atividades operacionais antes dos impostos	(2.897)	(2.782)
Caixa líquido aplicado (gerado) nas atividades operacionais	2.360	(47.530)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de investimentos	(1.588)	(1.080)
Adição de ativo imobilizado	(15)	(1.063)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(1.603)	(2.142)
Fluxo de caixa de atividade de financiamento		
Pagamento de juros sobre capital próprio aos acionistas	(766)	(512)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(766)	(512)
Redução de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	(10)	(50.185)
Modificações na posição financeira		
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do semestre	32	50.220
No fim do semestre	22	35
Redução de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	(10)	(50.185)

As notas explicativas da diretoria são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

1 Contexto operacional

O Banco Ribeirão Preto S.A. (“Banco” ou “BRP”), banco múltiplo, com sede na Avenida Presidente Vargas n° 2.121, 4° andar, iniciou suas atividades em 10 de abril de 1995 e tem por objetivo a prática de operações inerentes às carteiras comercial, crédito, financiamento, investimento e leasing. O Banco é controlado pela Varuna Investimentos Financeiras S.A.

O Banco tem por missão principal fomentar a intermediação financeira, colaborando assim com a promoção do desenvolvimento socioeconômico, atuando através produtos e serviços financeiros de altíssima qualidade que gerem impactos decisivos para o sucesso dos clientes. Isto tudo, trabalhando com agilidade, visando o relacionamento de longo prazo e criando valor para os clientes, colaboradores e acionistas.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pela Banco Central do Brasil, e estão em conformidade com a regulamentação emanada do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) e do Banco Central do Brasil (“BACEN”), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela diretoria na sua gestão.

Em 12 de agosto de 2020, o BACEN emitiu a Resolução BCB n° 2, que consolida os critérios para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras pelas instituições de financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. O objetivo principal dessa norma é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards (IFRS)*.

Conforme Art. 23° da Resolução BCB n° 2/200 as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade, por entender que essa forma de apresentação proporcionará informação mais relevante e confiável para o usuário.

As demonstrações financeiras do Banco foram preparadas com base no pressuposto de continuidade de suas operações e aprovadas pelo Conselho de Administração em 19 de julho de 2023.

a. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Vigentes a partir de 1° de janeiro de 2023:

- (i) Resolução BCB n° 151 de 06/10/21 Dispõe sobre a remessa de informações relativas a riscos sociais, ambientais e climáticos de que tratam a Resolução n° 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, e a Resolução CMN n° 4.945, de 15 de setembro de 2021.
- (ii) Resolução BCB n° 139 de 15/09/21 Dispõe sobre a divulgação do Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticas (Relatório GRSAC).
- (iii) Resolução CMN n° 4.966 de 25/11/21 Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis

a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil

Vigentes a partir de 1º de julho de 2023:

- (iv) Resolução BCB nº 291 de 08/02/23 Estabelece os procedimentos para o cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco (RWA) relativa às exposições ao risco de variação do valor dos instrumentos financeiros derivativos em decorrência da variação da qualidade creditícia da contraparte (RWACVA), e altera a Circular nº 3.646, de 4 de março de 2013.
- (v) Resolução BCB nº 303 de 16/03/23 Estabelece os procedimentos para o cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco (RWA) referente às exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante sistemas internos de classificação do risco de crédito (abordagens IRB) autorizados pelo Banco Central do Brasil (RWACIRB), de que tratam a Resolução CMN nº 4.958, de 21 de outubro de 2021, e a Resolução BCB nº 200, de 11 de março de 2022.
- (vi) Instrução Normativa BCB nº 362 de 21/03/23 Altera as Instruções de preenchimento do documento de código 2062 - Demonstrativo de limites Operacionais Individuais (DLI), de que trata a Instrução Normativa BCB nº 85, de 10 de março de 2021.
- (vii) Resolução BCB nº 309 de 28/03/23 Estabelece procedimentos contábeis sobre a definição de fluxos de caixas de ativo financeiro como somente pagamento de principal e juros; a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros; a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito; e a evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.
- (viii) Resolução BCB nº 313 de 26/04/23 Estabelece os procedimentos para o cálculo diário, mediante abordagem padronizada, da parcela dos ativos ponderados pelo risco (RWA) relativa ao cálculo do capital requerido para as exposições ao risco de crédito dos instrumentos financeiros classificados na carteira de negociação (RWADRC), de que tratam a Resolução CMN nº 4.958, de 21 de outubro de 2021, e a Resolução BCB nº 200, de 11 de março de 2022.
- (ix) Instrução Normativa BCB nº 390 de 06/06/23 Detalha a composição do Indicador de Exposição ao Risco Operacional (IE).

A administração optou pela não adoção antecipada no que tange as novas atualizações emitidas, e até o presente momento não identificou possíveis impactos materiais.

Plano de implementação Res. 4.966/21

Em cumprimento ao disposto no Art. 76 da Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021, o Banco BRP elaborou o Plano de Implementação da Regulamentação Contábil e dos impactos preliminares previstos pela mesma resolução.

Considerando o cenário, ramo de atuação, objetivos de mercado e a estrutura de gerenciamento de riscos, a instituição elencou as principais alterações, focando inicialmente em seu plano de implementação os

riscos derivados das operações de crédito.

Foi formada uma equipe responsável pelo andamento e atualizações do projeto, com conhecimento técnico e de relacionamento com demais participantes do mercado. A instituição já empreendeu e continuará empregando esforços para capacitar e preparar a todos colaboradores e administradores envolvidos.

A instituição entende que as mudanças nos modelos de negócio e relação com produtos financeiros trarão impactos em toda esteira e processos internos, sendo necessária a revisão e readequação de políticas e controles.

O Banco BRP iniciou em conjunto com o fornecedor de software, análise e levantamento dos principais impactos da implantação da Resolução CMN nº 4.966/21, identificando os principais pontos chaves, bem como processos e módulos dos sistemas impactados.

Durante o ano de 2023 com as divulgações das normas que farão parte da implementação do IFRS, a equipe destacada para implantar o projeto internamente, deverá se aprofundar nas mesmas, bem como participar dos comitês e, caso necessário, aprofundar os treinamentos com especialistas do mercado. A instituição empreenderá esforços para capacitar e preparar a equipe técnica nos assuntos que envolverem a aplicação e implantação da Resolução CMN nº 4.966/21.

O Conselho de Administração e Diretoria Executiva estão cientes e aprovaram o plano de implementação, considerando os impactos e mudanças contábeis, regulatórias, de risco e normas internas das implementações do proposto pela Resolução CMN nº 4.966/21, e estão empenhando esforços ao atendimento das melhores práticas, visando maior qualidade nas informações fornecidas aos usuários.

3 Descrição das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas para o registro das operações e para a elaboração das demonstrações financeiras do Banco são as seguintes:

a. Moeda Funcional

As informações financeiras do Banco Ribeirão Preto estão representadas em reais (R\$), que é sua moeda funcional e de apresentação. Arredondada ao milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

b. Redução no valor recuperável de ativos (*Impairment*)

O registro contábil deve assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado no tempo. Quando identificada qualquer evidência de deterioração ou perda de valor, será reconhecida a desvalorização por meio da constituição da provisão para perdas. Tais provisões são reconhecidas no resultado do período, conforme previsto em Resolução nº 4.924/21 de 1/1/22 e em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 01.

c. Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério “pro rata” dia para aquelas de natureza financeira.

d. Disponibilidades

São representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades, aplicações em depósitos interfinanceiros e em títulos de renda fixa livres, com prazo total de aplicação de até 90 dias, sendo o risco de mudança no valor de mercado destes considerado insignificante. Os equivalentes de caixa são aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

e. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data dos balanços, calculados “pro rata” dia, com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados.

f. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros

De acordo com a Circular do BACEN nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da diretoria em três categorias específicas:

- (i) **Negociação:** classificam-se nesta categoria aqueles títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Por isso, são classificados no ativo circulante, independentemente do seu prazo de vencimento. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- (ii) **Disponíveis para venda:** classificam-se nesta categoria aqueles títulos e valores mobiliários que podem ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados ou de serem mantidos até o seu vencimento. Os rendimentos intrínsecos (“*accrual*”) são reconhecidos na demonstração de resultado e as variações no valor de mercado ainda não realizados em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários; e
- (iii) **Mantidos até o vencimento:** nesta categoria são classificados aqueles títulos e valores mobiliários para os quais o banco tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até seu vencimento. São contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos intrínsecos. A reavaliação quanto à classificação dos títulos e valores mobiliários é efetuada por ocasião da elaboração dos balanços semestrais, levando em conta a intenção e a capacidade financeira, observado os procedimentos estabelecidos pela Circular do BACEN nº 3.068/01.

g. Mensuração do valor de mercado

A metodologia aplicada para mensuração do valor de mercado (valor provável de realização) dos títulos e valores mobiliários é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela diretoria, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, aplicáveis para a data base do

balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados. De acordo com a Circular do BACEN nº 3.082/02 e regulamentações posteriores, os instrumentos financeiros derivativos devem ser classificados na data de sua aquisição de acordo com a intenção da diretoria para fins ou não de proteção (hedge) e ajustados pelo valor de mercado com as valorizações e desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, estes são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

h. Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da Administração para fins ou não de proteção (hedge), seguindo as premissas da Circular BACEN nº 3.082/2002.

As operações que utilizam instrumentos financeiros efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizadas e não realizadas, reconhecidas diretamente na demonstração de resultados.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

i. Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Demonstradas a valor presente com base no indexador e na taxa de juros contratuais, calculadas “pro rata temporis” até a data do balanço. As receitas relativas às operações que apresentam atraso igual ou superior a 60 dias são reconhecidas no resultado somente quando recebidas, independentemente do seu nível de classificação de risco.

As operações de crédito são classificadas quanto ao nível de risco, de acordo com os critérios que levam em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e garantidores, observados os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis (de AA a H).

As operações classificadas como nível H (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses e, desde que apresente atraso superior a 180 dias, são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. Admite-se a reclassificação para categoria de menor risco quando houver amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco.

As renegociações de operações de crédito anteriormente baixadas contra provisão e que estavam em conta de compensação são classificadas como nível H, e os eventuais ganhos provenientes das renegociações somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

j. Ativos não financeiros mantidos para venda

Compostos basicamente por bens não destinados a uso, notadamente aqueles recebidos em dação de pagamento, cujo valor é ajustado ao seu valor de realização quando inferior ao saldo devedor da operação original.

k. Investimento em participações em controladas

O Banco possui participação societária em registradores/depositárias centrais e empresa cuja atividade compreende a assessoria e consultoria financeira. Os investimentos nas registradoras/depositárias centrais são feitos pelo valor justo e os investimentos na controlada é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial e foi, inicialmente, reconhecido pelo seu valor de custo (Nota 11).

l. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição. A depreciação do imobilizado é calculada com base no método linear, considerando taxas anuais que contemplam a vida útil e econômica dos bens, como segue: máquinas, equipamentos, móveis e utensílios 4%; equipamentos de processamento de dados 20%; benfeitorias de 10% a 20%, pelo prazo máximo de nove anos.

m. Passivos

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, deduzidos, quando aplicável, das correspondentes despesas a apropriar, incluindo os encargos incorridos.

n. Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridas.

o. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda corrente foi calculada pela alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro semestral excedente a R\$ 120. A provisão para contribuição social é constituída pela alíquota de 20% (2022 – 21%). Os ativos fiscais diferidos sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e adições temporárias foram constituídos de acordo com as alíquotas

vigentes na data base das demonstrações financeiras, considerando as suas perspectivas de recuperação, e estão registrados no ativo circulante e realizável a longo prazo (Nota 16).

p. Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, requer que a diretoria use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, substancialmente, a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, a provisão para desvalorização de certos ativos, a constituição e realização de imposto de renda diferido, a marcação a mercado dos instrumentos financeiros e a provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Banco revisa as estimativas e as premissas mensalmente.

q. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com a Resolução do CMN nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Contábil (CPC 25) e a BCB nº 319/22, da seguinte forma:

- **Ativos contingentes** - não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.
- **Contingências passivas** - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da diretoria, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão ou divulgação. Causas classificadas como perda possível são apenas divulgadas.
- **Obrigações legais (fiscais e previdenciárias)** - referem-se às demandas judiciais, onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, integralmente provisionado e atualizado mensalmente.

4 Disponibilidades

A rubrica de Disponibilidades é constituída por:

	30 de junho de 2023	31 de dezembro de 2022
Caixa	2	1
Reserva livre	20	31
	22	32

5 Títulos e valores mobiliários

a. Composição por classificação

A carteira é composta por aplicações em títulos públicos livres ou vinculados à garantia de operações na B3, classificados em categoria de títulos mantidos para negociação, e privados, classificados em categoria de títulos mantidos para negociação, como debêntures, CRAs (certificados de recebíveis do agronegócio) e CRIs (certificados de recebíveis do imobiliário) e mantidos até o vencimento, como os CDCAs (certificado de direitos creditórios do agronegócio) de pessoas jurídicas que exercem atividades voltadas para o agronegócio e CPRs (cédula de produto rural) emitidas por produtores rurais.

	30 de junho de 2023			31 de dezembro de 2022	
	Custo amortizado	Ajuste ao valor de mercado	Valor de contábil	Níveis hierárquicos de valor de mercado	Valor de contábil
LFT - Letras financeiras do tesouro	53.412	60	53.472	Nível 1	50.490
LTN - Letras do tesouro nacional	260.943	(4.316)	256.627	Nível 1	215.339
NTN - Nota do tesouro nacional	28.146	(1.113)	27.034	Nível 1	26.339
Vinculados à prestação de garantias - LTN	6.492	(103)	6.389	Nível 1	5.363
CRA - Certificados de recebíveis agronegócios	36.792	(616)	36.176	Nível 2	63.307
CRI - Certificados de recebíveis imobiliários	29.271	(223)	29.048	Nível 2	19.917
Debêntures	37.797	(6.536)	31.262	Nível 1	37.131
FIDC - Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios	-	-	-	Nível 2	1.224
FIP - Fundos de Investimentos Privados (i)	26.642	-	26.642	Nível 2	15.270
Total Títulos para negociação	479.497	(12.846)	466.650		434.380
CDCA - Certificados de direitos creditórios de agronegócio	4.041	-	4.041	Nível 2	7.074
CPR - Cédula de produto rural	118.059	(472)	117.587	Nível 2	124.022
Total Títulos mantidos até o vencimento	122.100	(472)	121.628		131.096
Total Títulos e Valores Mobiliários	601.597	(13.318)	588.278		565.476

(i) A instituição adquiriu em 17 de outubro de 2022, através de oferta pública, cotas do LPE consórcios fundo de investimento em participações multiestratégia - fundo de investimento em participações - constituído sob a forma de condomínio fechado, nos termos da Instrução CVM nº 578, emitida pela CVM em 30 de agosto de 2016, conforme alterada (“Instrução CVM nº 578”), e demais legislação aplicável.

b. Composição por vencimento

	30 de junho de 2023			
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
LFT - Letras financeiras do tesouro	-	-	53.472	53.472
LTN - Letras do tesouro nacional	-	188.320	74.695	263.015
NTN - Nota do tesouro nacional	-	-	27.034	27.034
CRA - Certificados de recebíveis agronegócios	-	-	36.176	36.176
CRI - Certificados de recebíveis imobiliários	-	-	29.048	29.048
Debêntures	-	-	31.262	31.262
FIP - Fundos de Investimentos Privados	-	-	26.642	26.642
Total Títulos para negociação	-	188.320	278.330	466.650
CPR - Cédula de produto rural	21.438	72.090	24.060	117.587
CDCA - Certificados de direitos creditórios de agronegócio	-	4.041	-	4.041
Total Títulos mantidos até o vencimento	21.438	76.131	24.060	121.628
	21.438	264.451	302.390	588.278
Total - Circulante				564.219
Total - Não circulante				24.060

	31 de dezembro de 2022			
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
LFT - Letras financeiras do tesouro	-	-	50.490	50.490
LTN - Letras do tesouro nacional	-	-	220.702	220.702
NTN - Nota do tesouro nacional	-	-	26.339	26.339
CRA - Certificados de recebíveis agronegócios	-	-	63.307	63.307
CRI - Certificados de recebíveis imobiliários	19.917	-	-	19.917
Debêntures	-	-	37.131	37.131
FIDC - Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios	-	-	1.224	1.224
FIP - Fundos de Investimentos Privados	15.270	-	-	15.270
Total Títulos para negociação	35.187	-	399.193	434.379
CPR - Cédula de produto rural	31.128	79.326	13.569	124.022
CDCA - Certificados de direitos creditórios de agronegócio	-	-	7.074	7.074
Total Títulos mantidos até o vencimento	31.128	79.326	20.643	131.096
	66.315	79.326	419.836	565.475
Total - Circulante				544.834
Total - Não circulante				20.643

c. Resultado com títulos e valores mobiliários

A rubrica “Receitas da intermediação financeira - Resultado de operações com títulos e valores mobiliários”, no Demonstrativo de resultado, tem a composição abaixo:

	Semestres findos em 30 de junho de	
	2023	2022
Receita de juros - títulos públicos e privados	39.849	27.682
Operações compromissadas	1.165	1.497
Ajuste a valor de mercado	6.275	(3.187)
Total Receitas de Operações com títulos e valores mobiliários	47.287	25.992

6 Instrumentos financeiros derivativos

Os principais fatores de risco dos Instrumentos financeiros derivativos estão relacionados às taxas de câmbio e juros. O BRP realizou no primeiro semestre de 2023 a emissão de CPR indexadas à dólar tendo como proteção das oscilações cambiais os instrumentos financeiros derivativos de dólar (dólar futuro).

Os instrumentos financeiros derivativos de taxas de juros (futuro de DI) são operações consideradas ‘casadas’ para proteção das oscilações das taxas de juros dos títulos públicos (LTNs).

	30 de junho de 2023			31 de dezembro de 2022	
	Valor de referência (conta de compensação)	Valor a receber (a pagar)	Efeito líquido (resultado)	Valor contábil (patrimonial)	Valor contábil (patrimonial)
Posição ativa - Diferencial a receber					
Futuro DI - F24	130.000	-	(197)	-	-
Futuro DI - N26	100.000	-	(1.749)	-	-
Swap (% CDI) x (IPCA + 6,5% a.a.)	-	-	(65)	-	245
Dólar futuro	12.041	-	2.433	-	-
	242.041	-	422	-	245

7 Relações interfinanceiras

O saldo da rubrica relações interfinanceiras é composto pelas posições ativas e passivas distribuídas conforme abaixo:

	30 de junho de 2023	31 de dezembro de 2022
Posições ativas		
Pagamentos e recebimentos a liquidar	948	-
Depósitos no Banco Central - pagamento instantâneo	1.314	6.617
Correspondentes no país	404	389
	2.666	7.006
Total - Circulante	2.666	7.006
Total - Não circulante	-	-
Posições passivas		
LTN - Vinculados a compromisso de recompra	206.998	100.342
LFT - Vinculados a compromisso de recompra	49.988	32.006
	256.986	132.348
Total - Circulante	256.986	132.348
Total - Não circulante	-	-

Saldo descritos na rubrica de “Depósitos no Banco Central – pagamento instantâneo” refere-se à parcela do saldo diário da conta de reserva para pagamentos instantâneos (SPI – Sistema de Pagamentos Instantâneos) para transações entre contas correntes instantâneas (Pix). Em 27 de julho de 2022, o Banco Central emitiu a Resolução BCB no 235, que altera o Regulamento anexo à Resolução BCB nº 195, de 3 de março de 2022 e estipula que a parcela do saldo diário da Conta PI, até o limite definido no art. 24-A deste Regulamento, registrado no fechamento da grade regular de operações dos participantes no Sistema de Transferência de Reservas (STR), antes do início da janela adicional para aportes em Conta PI, de que trata o regulamento daquele sistema, receberá remuneração calculada com base na Taxa Selic.

8 Operações de crédito e Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

a. Composição da carteira por modalidade de operação - Setor privado

	30 de junho de 2023			31 de dezembro de 2022		
	Saldo	Provisão para perda esperada	Saldo contábil	Saldo	Provisão para perda esperada	Saldo contábil
Capital de giro	286.396	(3.111)	283.285	269.710	(3.033)	266.677
Repasses de recursos do terceiros (i)	207.415	(1.075)	206.340	247.021	(1.124)	245.897
Cessão de crédito imobiliário	33.259	(1.537)	31.721	36.493	(2.265)	34.228
Financiamento imobiliário	21.031	(1.574)	19.457	26.663	(2.399)	24.263
Conta garantida / Cheque especial	29.741	(86)	29.655	26.109	(3.839)	22.270
Crédito direto ao consumidor	31.186	(247)	30.939	18.050	(161)	17.889
Cédula de crédito a exportação	12.699	(106)	12.593	12.487	(53)	12.435
Desconto de títulos / Risco Sacado	-	-	-	4.839	(4.054)	785
Crédito pessoal	4.840	(194)	4.647	4.839	(29)	4.810
Vendor	2.010	(14)	1.996	3.459	(23)	3.437
Home equity	284	(1)	282	88	(0)	88
Antecipação de recebíveis de cartão	4.554	(97)	4.457	34	-	34
Total	633.415	(8.041)	625.374	649.793	(16.980)	632.812

(i) Saldo composto por operações de FUNCAFE (repasso do Ministério da Agricultura e Pecuária), BNDES e Finame (repasso do BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social).

b. Composição da carteira por faixa de vencimento - Setor privado

	<u>30 de junho de 2023</u>	<u>31 de dezembro de 2022</u>
Vencidas	1.401	8.120
A vencer até 90 dias	57.684	33.129
A vencer entre 91 e 360 dias	209.739	242.777
A vencer acima de 360 dias	<u>364.590</u>	<u>365.767</u>
Total	633.415	649.793

c. Composição da carteira por setor de atividade - Setor privado

	<u>30 de junho de 2023</u>	<u>31 de dezembro de 2022</u>
Indústria	43.299	35.853
Comércio	194.018	216.381
Serviços	275.457	275.810
Pessoas físicas	<u>120.641</u>	<u>121.749</u>
Total	633.415	649.793

d. Composição das exposições da carteira de crédito por indexador

	<u>30 de junho de 2023</u>		<u>31 de dezembro de 2022</u>	
	<u>Valor</u>	<u>% sobre carteira total</u>	<u>Valor</u>	<u>% sobre carteira total</u>
PRE	280.910	44,3%	345.480	53,2%
CDI	265.335	41,9%	209.668	32,3%
IGPM	38.733	6,1%	49.349	7,6%
IPCA	48.437	7,6%	45.160	6,9%
TJLP	<u>0</u>	<u>0,0%</u>	<u>136</u>	<u>0,0%</u>
Total	633.415	100%	649.793	100%

e. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito apresentou a seguinte movimentação:

	Semestres findos em 30 de junho de	
	2023	2022
Saldo inicial	(16.980)	(11.672)
Transferências para prejuízo	9.822	2.581
Constituição de provisão	(1.473)	(4.429)
Reversões de provisão	591	596
Saldo final	(8.041)	(12.924)

Em atendimento às Resoluções n^os 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional, o cálculo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é feito com base nos níveis de risco das operações de crédito. O risco da carteira e a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito estavam assim distribuídos:

30 de junho de 2023						
Níveis de risco	Curso normal	Atraso	Total das operações	% de participação	Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	% conforme Res. 2682
AA	123.411		123.411	19,48	0	
A	376.275	2.657	378.932	59,82	1.895	0,5
B	94.088	3.338	97.426	15,38	974	1
C	5.849	3.827	9.676	1,53	290	3
D	18.745	1.239	19.983	3,15	1.998	10
E	114	797	911	0,14	273	30
F	14	666	680	0,11	340	50
G	3	406	409	0,06	286	70
H	343	1.642	1.985	0,31	1.985	100
	618.842	14.572	633.415	100,00	8.042	

O valor de R\$ 14.572 (2022 - R\$ 27.339), apresentado na coluna atraso, é representado por saldos dos contratos com parcelas vencidas no final de cada período.

31 de dezembro de 2022						
Níveis de risco	Curso normal	Atraso	Total das operações	% de participação	Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	% conforme Res. 2682
AA	153.143		153.143	23,57	0	
A	362.761	3.465	366.226	56,36	1.831	0,5
B	84.296	4.239	88.535	13,63	885	1
C	4.845	3.875	8.720	1,34	262	3
D	17.278	1.486	18.764	2,89	1.876	10
E	106	1.914	2.020	0,31	606	30
F	11	917	928	0,14	464	50
G	0	1.333	1.333	0,21	933	70
H	13	10.110	10.123	1,56	10.123	100
	622.453	27.339	649.793	100,00	16.980	

f. Composição das receitas de operações de crédito

No demonstrativo de Resultado, a rubrica “Receitas da intermediação financeira – Operações de crédito”, no montante de R\$ 46.244 no semestre, é composta de rendas de operações de crédito, nos montantes descritos:

	Semestres findos em 30 de junho de	
	2023	2022
Rendas de operações de crédito	42.538	41.828
Recuperação de crédito baixados como prejuízo	3.706	4.187
Total Receitas de Operações de crédito	46.244	46.015

g. Outras informações

- (i) O montante de renegociado no primeiro semestre de 2023 foi de R\$ 28.180 (primeiro semestre de 2022 – R\$28.848).
- (ii) O BRP possui em 30 de junho de 2023 operações vigentes de Fiança Bancária, no total de R\$ 164 (dezembro 2022 – R\$ 335), as quais possuem provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de 0,5%, pelo rating cadastral.
- (iii) Os saldos classificados na conta de “Prêmio a diferir sobre Operações de crédito” são derivados dos ganhos adquiridos através de cessões de carteira de crédito imobiliário, sendo a diferença entre os saldos das operações à valor presente e o respectivo deságio proveniente da negociação da cessão. Este saldo é diferido pelo prazo remanescente da carteira adquirida.

	Prêmio a diferir sobre Operações de crédito
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.128
(+) Constituições - novas cessões	46
(-) Amortizações/liquidações da carteira	(184)
Saldo em 30 de junho de 2023	990

9 Outros créditos

	30 de junho de 2023	31 de dezembro de 2022
Imposto de renda e contribuição social pagos	2.897	-
Impostos a compensar		
IR	1.822	1.822
CSLL	1.398	1.398
Outros impostos a compensar	134	134
Depósitos judiciais	701	666
Outros (i)	387	40
Total Outros créditos	7.339	4.059
Total - Circulante	6.504	3.259
Total - Não circulante	835	800

- (i) O saldo demonstrado na rubrica “Outros” refere-se à antecipação de despesa de serviços prestados de auditoria externa e ajuste diário dos instrumentos financeiros derivativos.

10 Ativos não financeiros mantidos para venda

Saldo composto por bens imóveis recebidos pelo Banco pela liquidação de operações de crédito de difícil ou duvidosa solução, cuja grande maioria é proveniente de operações de crédito imobiliário.

O Banco BRP mantém esforços na venda e diluição desses ativos. A movimentação, quanto a adições e baixas do período, segue demonstrado no quadro a seguir:

	Ativos não financeiros mantidos para venda	(-) Provisões para desvalorizações	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	21.035	(2.765)	18.270
(+) Adições / Entradas	6.353	-	6.353
(-) Baixas / Vendas	(8.011)	-	(8.011)
(+) Constituições	-	-	-
(-) Reversões	-	722	722
Saldo em 31 de dezembro de 2022	19.377	(2.043)	17.334
(+) Adições / Entradas	1.899	-	1.899
(-) Baixas / Vendas	(2.231)	-	(2.231)
(+) Constituições	-	-	-
(-) Reversões	-	-	-
Saldo em 30 de junho de 2023	19.045	(2.043)	17.001
Total - Circulante			3.933
Total - Não circulante			13.068

O resultado das vendas desses bens está classificado na rubrica “Resultado não operacional” da demonstração do resultado, com montante no semestre de R\$244 (2022 – R\$485).

11 Investimentos e participações em controladas

	Participação no Capital (%)	Patrimônio Líquido (R\$)	Resultado Equivalência Patrimonial (R\$)	Valor Contábil 30 de junho de 2023	Valor Contábil 31 de dezembro de 2022
BRP Assessoria	99,00%	60	(74)	497	571
Nuclea S.A	0,49%	2.494.972	-	12.230	11.341
CERTA	2,26%	113.772	-	2.571	1.872
Outros investimentos			-	5	5
Saldo total			(74)	15.304	13.789

a. Investimentos em controlada

O Banco possui investimento no montante de R\$ 497 (2022 - R\$ 571) na BRP Assessoria Ltda., que possui como principal atividade a prestação de serviços de consultoria e assessoria financeira. No semestre, a investida auferiu lucro líquido de R\$ 425 (2022 – R\$ 669). A participação do Banco é de 99% no capital social da controlada (R\$ 60), tendo como resultado de equivalência patrimonial negativo no semestre o total de R\$ 74 (2022 – R\$ 660). Os lucros auferidos no exercício de 2022, foram distribuídos em julho de 2022 e janeiro 2023 aos quotistas de forma não igualitária.

b. Outros investimentos

O Banco possui outros investimentos que totalizam o montante de R\$ 14.806 (2022 - R\$ 13.218), que se referem, substancialmente, a participação na Nuclea e na CRT4 – Central de Registro de Títulos e Ativos S/A.

12 Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens.

	Taxa a.a.	Custo aquisição	Depreciação acumulada	Custo líquido de depreciação	
				30 de junho de 2023	31 de dezembro de 2022
Móveis e equipamentos de uso	4%	80	(38)	41	45
Sistema de processamento de dados	20%	1.498	(585)	912	1.066
Benfeitorias e instalações	10% a 20%	1.503	(201)	1.302	1.390
Saldo total		3.081	(826)	2.256	2.501

13 Depósitos e demais instrumentos financeiros

a. Composição por vencimento

	Vencimento				30 de junho de 2023
	Sem vencimento	Até 90 dias	De 90 a 360 dias	Acima de 360 dias	
Depósitos					
Depósito à vista	14.550	-	-	-	14.550
Depósito a prazo	-	11.906	12.667	75.503	100.075
	14.550	11.906	12.667	75.503	114.625
Relações interfinanceiras					
Vinculados a compromisso de revenda: LTN	256.986	-	-	-	256.986
	256.986	-	-	-	256.986
Recursos de aceites e emissão de títulos					
Recursos de aceites e emissão de títulos - LCI/LCA	-	30.765	106.003	236.352	373.120
LF - Letra Financeira	-	-	-	111.280	111.280
	-	30.765	106.003	347.632	484.400
Total	271.536	42.671	118.670	423.135	856.011
Circulante					432.876
Não circulante					423.135

	Vencimento				31 de dezembro de 2022
	Sem vencimento	Até 90 dias	De 90 a 360 dias	Acima de 360 dias	
Depósitos					
Depósito à vista	14.966	-	-	-	14.966
Depósito a prazo	-	16.428	29.810	110.021	156.259
Depósito a prazo com garantia especial	-	-	23.784	-	23.784
	14.966	16.428	53.594	110.021	195.009
Relações interfinanceiras					
Vinculados a compromisso de revenda: LTN	132.348	-	-	-	132.348
	132.348	-	-	-	132.348
Recursos de aceites e emissão de títulos					
Recursos de aceites e emissão de títulos - LCI/LCA	-	67.803	185.572	86.410	339.784
LFG - Letra Financeira Garantida	-	-	-	103.486	103.486
	-	67.803	185.572	189.896	443.271
Total	147.314	84.231	239.165	299.917	770.627
Circulante					470.710
Não circulante					299.917

b. Composição das exposições dos instrumentos de captação, por indexador

	30 de junho de 2023		31 de dezembro de 2022	
	Valor	% de alocação	Valor	% de alocação
CDI	556.567	95,2%	479.908	77,0%
IPCA	27.885	4,8%	134.679	21,6%
SELIC	-	0,0%	0	0,0%
PRE	23	0,0%	8.727	1,4%
Total captação	584.475	100%	623.314	100%

* exceto depósitos à vista e operações vinculadas à compromisso de revenda

O custo destes instrumentos de captação, está classificado no demonstrativo de resultado, na rubrica “Despesas da intermediação financeira - Operações de captação”, no montante de:

	Semestres findos em 30 de junho de	
	2023	2022
Custo de instrumentos de captação	38.909	37.403
Custo operações compromissadas	12.704	7.482
Fundo Garantidor de Crédito	342	530
Total Despesa Operações de captação	51.955	45.414

14 Obrigações por empréstimos e repasse

	Vencimento			30 de junho de 2023
	Até 90 dias	De 90 a 360 dias	Acima de 360 dias	
Repasse do BNDES (i)	-	-	1.223	1.223
Repasse do FINAME (i)	-	44	40.163	40.207
Repasse FUNCAFÉ (ii)	32.063	99.983	32.308	164.355
Total	32.063	100.027	73.695	205.785

	Vencimento			31 de dezembro de 2022
	Até 90 dias	De 90 a 360 dias	Acima de 360 dias	
Repasse do BNDES (i)	-	175	777	952
Repasse do FINAME (i)	-	87	30.684	30.771
Repasse FUNCAFÉ (ii)	9.554	218.693	32.121	260.368
Total	9.554	218.955	63.582	292.091

- (i) Referem-se a repasses de recursos do BNDES/FINAME, com vencimento final até 2027, sobre as quais incide a Taxa de Longo Prazo (TLP), taxa fixa do BNDES (TFB), pré-fixada e taxa Selic.
- (ii) Referem-se a repasses de recursos do FUNCAFÉ, sobre as quais incide taxa de juros aproximadamente de

8% a.a. (2022 – 8% a.a.) para os recursos liberados aos clientes e taxa Selic para os recursos ainda não liberados.

No demonstrativo de Resultado, a rubrica “Operações de empréstimos e repasses”, no valor total de R\$10.417 (2022 – R\$5.624), correspondem aos valores repassados pelos agentes financeiros na utilização de recursos direcionados, sendo, R\$ 6.353 (2022 – R\$ 3.383) para Recurso do FUNCAFE repassados, R\$2.076 (2022 – R\$1.545) para recursos do FUNCAFE não repassados (remunerados à Selic) e R\$1.989 (2022 – R\$695) referente aos programas do BNDES/FINAME.

15 Outras obrigações

	30 de junho de 2023	31 de dezembro de 2022
Sociais e estatutárias		
Juros sobre capital próprio (Nota 18)	2.414	5.111
	2.414	5.111
Fiscais e previdenciárias		
IR / CSLL corrente a recolher	12.182	-
Encargos sobre folha de pagamento	684	689
Outros impostos a recolher	100	450
	12.967	1.139
Diversas		
Participações no resultado	1.400	2.000
Encargos trabalhistas	746	755
Provisões para contingências (Nota 17)	293	653
Outros	2.711	1.605
	5.150	5.014
	2.438	3.408
Total - Circulante		
Total - Não circulante	2.711	1.605

16 Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação de alíquota

	Semestres findos em 30 de junho de	
	2023	2022
Resultado antes dos impostos sobre lucros e participações	19.191	18.288
Despesas de participações no resultado - PLR	(1.298)	(1.756)
Resultado antes dos impostos sobre os lucros	17.892	16.532
Adições (exclusões) permanentes, líquidas	485	(10.519)
Adições (exclusões) temporárias, líquidas	8.770	976
Base de cálculo	27.147	6.989
IRPJ (15%)	4.072	1.048
Adicional (10%)	2.703	687
Incentivos fiscais	(22)	(25)
IRPJ (25%)	6.753	1.710
CSLL (20% - 2023 / 21% - 2022)	5.429	1.398
Total	12.182	3.108

b. Composição dos tributos diferidos

	31 de dezembro de 2022	Constituição	Realização	30 de junho de 2023
Créditos tributários				
IRPJ e CSLL diferido sobre:				
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	11.879	655	(1.411)	11.123
Impairment de outros valores e bens	919	-	-	919
Provisão para contingências	294	-	(162)	132
Participações no resultado	900	584	(854)	630
Ajuste a mercado de títulos de valores mobiliários	8.921	10.575	(13.220)	6.276
Outros	10	43	(7)	46
	22.923	11.857	(15.654)	19.126
Débitos tributários				
IRPJ e CSLL diferido sobre:				
Ajuste a mercado de instrumentos financeiros	(7.744)	9.445	(1.701)	-
	(7.744)	9.445	(1.701)	-
Total dos tributos diferidos	15.179	21.302	(17.355)	19.126

c. Estimativas de realização

Com base nas informações e análises mencionadas, e nas principais considerações e premissas descritas no estudo de realização, o valor presente desse crédito, utilizando a taxa CDI de 30 de junho de 2023 de 1,07% a.m., é de R\$13.946 (2022 – R\$14.062), assegura adequadamente o registro contábil e sua realização estimada no primeiro ano de R\$3.685, no segundo ao quinto ano no valor de R\$11.399 e para os demais anos, de R\$4.043. Não existem saldos de Crédito Tributário não ativados no período.

17 Contingências

O Banco é parte em ações judiciais tributárias, trabalhistas e cíveis, decorrentes do curso normal das operações.

As contingências tributárias são representadas por processos ativos em que se discute a inconstitucionalidade ou ilegalidade de determinada norma ou movidos pela Administração Tributária Federal, nas situações de hipotético pagamento insuficiente ou em desacordo com o entendimento do órgão fiscalizador.

As contingências cíveis estão constituídas por processos movidos contra o Banco referente às operações de créditos inadimplentes e, também, ações movidas por terceiros, pleiteando revisões contratuais dos créditos ou por danos morais. Atualmente, existem ações movidas contra o Banco sendo avaliadas pelos advogados como probabilidade de perda provável cujo risco mensurado está provisionado na rubrica “Outras obrigações” no montante de R\$ 293 (2022 – R\$ 653). A instituição tem expectativas de desembolso dessas provisões nos próximos doze meses.

	Cíveis	Trabalhistas	Fiscal	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	653	-	-	653
(+) Constituições	-	-	-	-
(-) Reversões	(27)	-	-	(27)
(-) Pagamentos	(333)	-	-	(333)
Saldo em 30 de junho de 2023	293	-	-	293

Conforme avaliação dos assessores legais do Banco, existem causas com probabilidade possível de perda, referente à processos cíveis no total de R\$9.628 (2022 – R\$10.180) e trabalhistas que montam R\$205 (2022 – R\$146) e que, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, não estão provisionadas. Também conforme a referida avaliação, não há processos tributários avaliados com probabilidade de perda provável e processos tributários avaliados com probabilidade de perda possível.

18 Patrimônio líquido

O capital social, subscrito e integralizado, em 30 de junho de 2023, é de R\$ 204.864, e sua composição acionária é a seguinte:

		30 de junho de 2023	
		Quantidade ações	Valor (R\$)
Varuna Investimentos Financeiros S/A	100%	203.930.660	204.864
		31 de dezembro de 2022	
		Quantidade ações	Valor (R\$)
Varuna Investimentos Financeiros S/A	100%	182.678.119	183.612

Conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 28 de março de 2023 foi aprovado o aumento do capital com a emissão de 21.252.541 novas ações ordinárias, sendo utilizados recursos de reservas como segue: legal – R\$1.181, de lucros – R\$16.544 (sendo R\$11.683 de Reserva especial de lucro e R\$4.861 de juros sobre capital próprio adicional proposto), créditos dos acionistas de juros sobre capital próprio – R\$3.527 (composto por R\$5.908, descontados R\$1.615 de imposto de renda retido na fonte e R\$766 de remuneração paga à Varuna em 2023).

O referido aumento de capital foi homologado pelo BACEN em 25 de abril de 2023.

O total do Patrimônio Líquido ao final do semestre é de R\$212.106, sendo: R\$204.864 – Capital social; R\$483 – Reserva legal; R\$6.760 – Reserva especial de lucros.

A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do semestre, até o limite definido pela legislação societária.

Aos acionistas está assegurado estatutariamente dividendos mínimos de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação. No semestre de 2023, o BRP contabilizou juros sobre capital próprio conforme quadro demonstrativo:

	30 de junho de 2023	31 de dezembro de 2022
Juros sobre Capital Próprio no exercício	7.072	10.770
Juros sobre Capital Próprio previsto do no Estatuto	2.414	5.908
IRRF recolhido	-	(797)
Juros sobre Capital Próprio - mínimo obrigatório	2.414	5.111
Juros sobre Capital Próprio - Adicionais Propostos	4.658	4.862

19 Gerenciamento de Riscos, Capital e Análise de Sensibilidade

O BRP tem como modelo corporativo a tomada de decisão de forma colegiada, onde o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva exercem papel primordial nas atribuições e supervisão dos controles de risco e capital. Na estrutura de gerenciamento, o Diretor de Risco é responsável pela implementação e adequação dos níveis aceitáveis de risco, bem como da aderência às políticas, processos, sistemas, relatórios e modelos de gerenciamento de riscos. Os riscos inerentes às atividades operacionais são disseminados aos colaboradores e todos são responsáveis na mitigação deles.

a. Risco de crédito

As contrapartes do Banco são submetidas a um rigoroso processo de análise de crédito, cujo foco principal é a avaliação da capacidade de pagamento, tomando-se por base simulações do fluxo de caixa, alavancagem e cronograma da dívida, qualidade dos ativos, cobertura de juros e capital de giro. Aspectos de natureza qualitativa, tais como orientação estratégica, setor de negócios, áreas de especialização, eficiência, ambiente regulatório e participação no mercado, são sistematicamente avaliados e complementam o processo de análise de crédito. Os limites de crédito das contrapartes do Banco são analisados e aprovados pelo Comitê de crédito a cada nova operação sendo a análise de crédito, de vital importância dentro da estrutura do BRP, pois é nessa etapa que ocorre a análise de documentos cadastrais, contábeis e gerenciais onde se pode:

- Conhecer o negócio, estrutura patrimonial e financeira, composição societária, setor de atuação, entre outras informações a respeito dos proponentes;
- Identificar e apontar os pontos de risco inerentes ao negócio do proponente e/ou setor de atuação, a fim de que haja maior segurança na tomada de decisão de Crédito
- Avaliar a capacidade de pagamento do proponente frente aos recursos financeiros já contraídos e a novas concessões
- Identificar as ocorrências suspeitas de atividades ilícitas previstas na Lei nº 9.613/1998.

b. Risco de mercado

A análise de risco de mercado é feita com base nos diversos fatores de mercado que podem afetar as posições do Banco, entre os quais se destacam: taxa de juros, preços de inflação, variação cambial e outros. Na gestão do risco de mercado, as operações são classificadas em Negociação e Não Negociação.

Nas operações classificadas como Negociação o BRP utiliza a metodologia “*value-at-risk*” para mensurar o risco. Essa metodologia é baseada em técnicas de simulação histórica e análise dos cenários. Nas operações classificadas como Não Negociação o BRP adota o modelo IRRBB - Δ NII, que consiste em calcular a margem financeira do portfólio, levando-se em consideração a receita de juros dos ativos e as despesas de juros dos passivos, para o período de um ano. Este modelo aprimora a análise de sensibilidade da taxa de juros sobre a carteira de ativos e passivos.

Cabe a área de Risco gerenciar o risco de mercado da instituição, em cumprimento ao que determina a Resolução nº 4.557/17 do CMN, estabelecer os limites de exposição e tipos de ativos levando-se em conta fatores como a volatilidade do mercado, cenários previstos, oportunidades de lucro, riscos potenciais e as necessidades de financiamento do BRP, definir os prazos dos horizontes de maturação das exposições da

carteira de negociação e da aderência a metodologia adotada pela carteira bancária.

c. Risco de liquidez

O Banco gerencia o risco de liquidez concentrando sua carteira em ativos de alta qualidade e com alta capacidade de solvência. O Banco mantém uma forte estrutura de capital e um baixo grau de alavancagem. Os eventuais descasamentos entre ativos e passivos são monitorados, considerando o impacto de condições extremas de mercado, a fim de avaliar a sua capacidade de realizar ativos ou reduzir alavancagem.

d. Risco operacional

A área de Riscos é responsável pela atividade de gerenciamento do risco operacional do Banco. Com a estrutura definida, visando ao estabelecido na Resolução nº 4.557/17 do CMN, foram implementados a política institucional, os processos, os procedimentos e os sistemas necessários para que a gerência identifique, avalie, monitore e controle os riscos associados ao Banco.

e. Risco Socioambiental

A área de Riscos é responsável pela atividade de gerenciamento do risco socioambiental com especificações dispostas na Resolução CMN nº 4.945/14. Os riscos socioambientais são identificados como um dos componentes das diversas modalidades de risco a que a instituição está exposta. Compete a área a identificação, classificação, avaliação, monitoramento, mitigação e controle do risco socioambiental de todas as suas atividades e operações dos clientes, analisando a implementação da governança dos clientes no que se refere à gestão de políticas ambientais e sociais sob ótica de danos relacionados a poluição, à saúde humana, segurança, impactos em comunidades e ameaças à biodiversidade.

Além gestão de risco socioambiental, o BRP tem como responsabilidade implementar as melhores práticas que promovam o bem-estar do seu público interno (funcionários, acionistas etc.) e externo (comunidade, parceiros, meio ambiente etc.). É uma prática voluntária, que envolve o benefício da coletividade e não deve ser confundida exclusivamente por ações compulsórias impostas pelo regulador.

f. Gerenciamento de capital

Visando atendimento à Resolução nº 4.557/17 do CMN, o Banco Ribeirão Preto S.A. tem adotado uma política de gerenciamento de capital que constitui um conjunto de princípios e procedimentos e instrumentos que asseguram a adequação de capital do Banco de forma tempestiva, abrangente e compatível com os riscos incorridos pela instituição, de acordo com natureza e complexidade dos produtos e serviços oferecidos a seus clientes.

• **Limites Operacionais**

Índice de Basileia

Em 23 de fevereiro de 2017, o Banco Central do Brasil divulgou a Resolução CMN nº 4.557/2017, que estabeleceu a necessidade de implementação de estrutura de gerenciamento de capital para as instituições financeiras.

O BRP possui mecanismos que possibilitam a identificação e a avaliação dos riscos relevantes incorridos, inclusive aqueles não cobertos pelo Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR). As políticas e as estratégias, bem como o plano de capital, possibilitam a manutenção do capital em níveis compatíveis com os riscos incorridos pelo BRP. Os testes de estresse são realizados periodicamente e seus impactos são avaliados sob a ótica de consumo de capital. Os relatórios gerenciais de adequação de capital são reportados para os usuários internos e para os comitês estratégicos, constituindo-se em subsídio para o processo de tomada de decisão pela Alta Administração do BRP.

O Índice de Basileia foi apurado segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.955/2021 e nº 4.958/2021, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWAs).

A metodologia de apuração do capital regulamentar, continua a ser estabelecida nos Níveis I e II, sendo o Nível I composto pelo Capital Principal (deduzido de Ajustes Prudenciais) e Capital Complementar, e o escopo utilizado para verificação dos limites operacionais.

Conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.958/2021, o requerimento mínimo de Patrimônio de Referência corresponde a 8%, que somado a 2% no período de 1º de outubro de 2021 a 31 de março de 2022, e 2,5% a partir de 1º de abril de 2022 de Adicional de Conservação de Capital, totaliza a exigência de PR em 10,5%. A apuração dos índices de capital é calculada de forma consolidada com base nas informações do Conglomerado Prudencial, cuja definição é estabelecida pela Resolução CMN nº 4.950/2021, como demonstrado a seguir:

		<u>30 de junho de</u> <u>2023</u>	<u>31 de dezembro</u> <u>de 2022</u>
	Patrimônio de Referência (PR)	212.107	201.337
	Patrimônio de Referência Nível I	212.107	201.337
	Capital Principal (CP)	212.107	201.337
Ativos Ponderados pelo Risco	Ativos Ponderados por Risco - RWA	1.258.853	1.325.251
	RWA para Risco de Crédito por Abordagem Padronizada - RWACPAD	914.625	958.643
	RWA para Risco de Mercado - RWAMPAD	240.446	263.235
	RWA para Risco Operacional por Abordagem Padronizada - RWAOPAD	103.782	103.373
	IRRBB	35.752	47.509
	RWA + IRRBB	1.294.605	1.372.761
Requerimentos do Capital	Capital Principal Mínimo Requerido para o RWA	56.648	59.636
Margem sobre os Requerimentos de Capital	Margem sobre o Capital Principal Requerido	155.459	141.701
	Margem sobre o Patrimônio de Referência Nível I Requerido	155.459	141.701
	Índice de Capital Principal (CP/RWA)	16,4%	14,7%

20 Transações com partes relacionadas

Partes relacionadas ao Banco são seus acionistas, empresas a eles ligadas, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da diretoria e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC n° 05, consolidada pelo CMN através da Resolução n° 4.818/20.

As transações foram realizadas dentro das características normais do mercado financeiro e dos respectivos produtos sendo remuneradas levando em consideração o índice do CDI, taxas prefixadas ou indexadas a índices de inflação, e apresentam os seguintes saldos e operações em 30 de junho:

a. Saldos e operações

Classificação	Descrição	30 de junho de 2023		31 de dezembro de 2022
		Saldo	Rendimentos pagos no semestre	Saldo
Pessoal chave da administração				
Pessoa Física				
	Depósitos	348	26	428
	Recursos de aceites e emissão de títulos - LCI/LCA	24.827	1.507	21.258
		25.175	1.533	21.686
Pessoa Jurídica				
	Depósitos	3.563	149	892
		3.563	149	892
Controlada				
Pessoa Jurídica				
	Depósitos	539	-	601
		539	-	601

b. Remuneração da diretoria

As despesas no semestre com remuneração dos diretores são compostas, basicamente, de salários e encargos, participação nos lucros e gratificações, e são registradas junto as despesas dessas naturezas dos demais colaboradores, na rubrica “Despesas de pessoal” e “Participação nos resultados” na demonstração do resultado do ano.

21 Outras despesas e receitas operacionais

	Semestres findos em 30 de junho de	
	2023	2022
Receitas de prestação de serviços		
Comissão de estruturação / reestruturação	898	778
Tarifas bancárias	479	755
	1.377	1.533
Despesas de pessoal		
	(6.280)	(5.550)
	(6.280)	(5.550)
Outras despesas administrativas		
Tecnologia da informação	(2.131)	(2.165)
Serviços Prestados	(1.263)	(1.356)
Legais / Jurídicas	(921)	(499)
Despesas com Ativos não financeiros mantidos para venda	(768)	(832)
Instalação / Ocupação	(428)	(405)
Depreciações	(260)	(146)
Doações, Publicações e Eventos	(132)	(110)
Outras	(498)	(508)
	(6.401)	(6.021)
Despesas tributárias		
	(1.685)	(1.518)
	(1.685)	(1.518)
Outras receitas operacionais		
	5	5
	5	5
Resultado de participação em controlada		
	(74)	660
	(74)	660
Total	(13.059)	(10.892)

22 Outras informações

- (i) Foram auferidos no semestre, na rubrica de “Resultado não operacional” da Demonstração do Resultado do Exercício, o valor antes dos impostos de R\$1.534 (2022 –R\$7.318), sendo R\$1.255 (2022 – R\$6.788) referente à valorização das ações da Nuclea (Nota 11), R\$244 (2022 –R\$485) referente aos resultados auferidos nas vendas de ativos não financeiros (Nota 10) e R\$35 (2022 – R\$45) referente a outras rendas não operacionais.
- (ii) Durante o semestre foram provisionadas participações no resultado no montante de R\$1.298 (2022 – R\$1.756) baseado nas métricas definidas pela instituição.
- (iii) No Balanço Patrimonial a rubrica de “Créditos a receber”, no montante R\$18.058 (2022 – R\$ 18.011) referem-se, substancialmente, à dois contratos de permuta financeira com empreendedoras, dos quais foram recebidos R\$272 no semestre, referente ao valor líquido das vendas efetivamente realizadas das unidades, conforme fluxo acordado no contrato.

23 Eventos subsequentes

A administração não teve conhecimento de eventos subsequentes até a divulgação dessas demonstrações financeiras.

* * *